**EXMO. SR. DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

**Processo nº [PROCESSO]**

**[NOME]**, devidamente qualificada na Ação de Cumprimento de Sentença que move em face de **ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, vem, respeitosamente, por seus advogados, tempestivamente, opor o presente

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**

com fulcro nos artigos 1.022 e seguintes do Código de Processo Civil, tecendo as considerações de fato e de direito que abaixo se seguem.

**- DO ERRO MATERIAL-**

**-LIMITE LEGAL DE 40 SALÁRIOS MÍNIMOS CONFORME LEI ESTADUAL 7507/2016-**

Conforme a decisão ora Embargada de fls., a Lei Estadual 7.507/16 diminuiu o teto para pagamento das obrigações de pequeno valor para 20 salários mínimos e, que mesmo o art. 4º da Lei Estadual 7.781/17 tendo restabelecido o limite de 40 salários mínimos para o pagamento de verbas alimentares através de RPV, teria sido ajuizada a Representação de Inconstitucionalidade 0050617- 32.2018.8.19.0000; a qual teve liminar deferida, suspendendo a eficácia do artigo 4º da Lei Estadual 7.781/17 até o julgamento final da referida RI.

**Ocorre que**, a decisão proferida nos autos da Representação por Inconstitucionalidade 0050617-32.2018.8.19.0000 está vinculada ao art. 4º da Lei Estadual 7781/2017, que alterou para 40 salários mínimos o limite para pagamento de verbas alimentares através de RPV, não tendo relação com **o art. 3º, V e seu parágrafo único da Lei Estadual 7507/2016 (direcionado ao credor de 60 anos de idade ou mais)**.

A base do pedido da Exequente é o art. 3º, V e seu parágrafo único da Lei Estadual 7507/2016, o qual prevê o limite de 40 (quarenta) salários mínimos para pagamento do Requisitório de Pequeno Valor ao titular que tenha 60 (sessenta) anos ou mais na data do ajuizamento da execução, *in verbis*:

[Art. 3º](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/138423582/art-3-da-lei-7507-16-rio-de-janeiro) - As alterações instituídas pelos arts. 1º e 2º desta Lei aplicam-se imediatamente a todos os processos em curso, ressalvados os protocolados nos Juizados Especiais até o início da vigência desta Lei e as hipóteses de execuções:

[V](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/138423572/art-3-inc-v-da-lei-7507-16-rio-de-janeiro)- em que o titular tenha 60 (sessenta) anos de idade ou mais na data do ajuizamento, ou seja portador de doença grave, definidos na forma da lei, observado, nestes casos, o limite de 40 (quarenta) salários-mínimos;

Diante do exposto, considerando que este já é o entendimento do Ilmo. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça e que, conforme determinado pelo art. 5ª do Ato Executivo 215/2023 que criou o Núcleo de Execuções Individuais das Ações Coletivas Originárias do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (NEIC/TJRJ), o Núcleo deve atuar de maneira uniforme na gestão dos atos processuais, deve a Decisão ser revista e aplicado o entendimento acima informado.

**- DA OMISSÃO -**

**-ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA -**

O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que deve haver arbitramento de honorários na fase de cumprimento/execução de sentença, por se tratar de etapas processuais diversas.

Neste sentido, os seguintes precedentes do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ARBITRAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO. […] IV – É pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual é cabível o arbitramento de honorários na execução de sentença, sem que isso implique bis in idem, por se tratar de etapas processuais distintas entre a execução e os embargos à execução. […] (AgInt no AREsp 1435795/SP, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/08/2020, DJe 14/08/2020)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ART. 1.022 DO CPC/2015. EXECUÇÃO DE SENTENÇA DE HONORÁRIOS FIXADOS EM PROCESSO DE CONHECIMENTO. POSSIBILIDADE. FIXAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. INTEGRAÇÃO DO JULGADO. 1. O Recurso Especial foi provido por esta Segunda Turma, porquanto pacífico o entendimento no Superior Tribunal de Justiça segundo o qual é cabível o arbitramento de honorários na execução de sentença, ainda que o crédito exequendo se refira aos honorários advocatícios fixados na fase de conhecimento, sem que isso implique bis in idem, por se tratar de etapas processuais distintas. […] (EDcl no REsp 1648905/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 18/11/2019)

Nesse mesmo caminho está o Código de Processo Civil, o qual não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsórcio, *in verbis*:

Súmula 345 - São devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas.

Ao julgar o Tema 973 dos recursos repetitivos, a Corte Especial definiu a seguinte tese:

“O artigo 85, parágrafo 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que **são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsórcio**.”

O STJ já determinou em diversos julgados tal entendimento, conforme se vê abaixo:

RECURSO ESPECIAL Nº 1.648.238 - RS (2017⁄0010433-8)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DECORRENTE DE AÇÃO COLETIVA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. MUDANÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 345 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. **O Supremo Tribunal Federal entendeu que a controvérsia relativa à condenação em honorários advocatícios na execução não embargada é de natureza infraconstitucional**.

2. Sob a égide do CPC⁄1973, esta Corte de Justiça pacificou a orientação de que são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas (Súmula 345), afastando, portanto, a aplicação do art. 1º-D da Lei n. 9.494⁄1997.

3. A exegese do art. 85, § 7º, do CPC⁄2015, se feita sem se ponderar o contexto que ensejou a instauração do procedimento de cumprimento de sentença, gerará as mesmas distorções então ocasionadas pela interpretação literal do art. 1º-D da Lei n. 9.494⁄1997 e que somente vieram a ser corrigidas com a edição da Súmula 345 do STJ.

4. A interpretação que deve ser dada ao referido dispositivo é a de que, nos casos de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública em que a relação jurídica existente entre as partes esteja concluída desde a ação ordinária, não caberá a condenação em honorários advocatícios se não houver a apresentação de impugnação, uma vez que o cumprimento de sentença é decorrência lógica do mesmo processo cognitivo.

5. O procedimento de cumprimento individual de sentença coletiva, ainda que ajuizado em litisconsórcio, quando almeja a satisfação de direito reconhecido em sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva, não pode receber o mesmo tratamento pertinente a um procedimento de cumprimento comum, uma vez que traz consigo a discussão de nova relação jurídica, e a existência e a liquidez do direito dela decorrente serão objeto de juízo de valor a ser proferido como pressuposto para a satisfação do direito vindicado.

6. Hipótese em que o procedimento de cumprimento de sentença pressupõe cognição exauriente – a despeito do nome a ele dado, que induz à indevida compreensão de se estar diante de mera fase de execução –, sendo indispensável a contratação de advogado, uma vez que é necessária a identificação da titularidade do exequente em relação ao direito pleiteado, promovendo-se a liquidação do valor a ser pago e a individualização do crédito, o que torna induvidoso o conteúdo cognitivo dessa execução específica.

7. Não houve mudança no ordenamento jurídico, uma vez que o art. 85, § 7º, do CPC⁄2015 reproduz basicamente o teor normativo contido no art. 1º-D da Lei n. 9.494⁄1997, em relação ao qual o entendimento desta Corte, já consagrado, é no sentido de afastar a aplicação do aludido comando nas execuções individuais, ainda que promovidas em litisconsórcio, do julgado proferido em sede de ação coletiva lato sensu, ação civil pública ou ação de classe.

8. **Para o fim preconizado no art. 1.039 do CPC⁄2015, firma-se a seguinte tese: "O art. 85, § 7º, do CPC⁄2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento** **de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsócio."**

9. Recurso especial desprovido, com majoração da verba honorária.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso especial, com a majoração da verba honorária, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Felix Fischer, Nancy Andrighi, João Otávio de Noronha, Humberto Martins, Maria Thereza de Assis Moura, Herman Benjamin, Jorge Mussi, Og Fernandes, Luis Felipe Salomão, Mauro Campbell Marques, Benedito Gonçalves e Raul Araújo votaram com o Sr. Ministro Relator. Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros Francisco Falcão e Napoleão Nunes Maia Filho.

Brasília, 20 de junho de 2018 (Data do julgamento).

MINISTRA LAURITA VAZ

Presidente

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

\* \* \* \* \* \*

PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DECORRENTE DE AÇÃO COLETIVA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NATUREZA INFRACONSTITUCIONAL. MUDANÇA NO ORDENAMENTO JURÍDICO. INOCORRÊNCIA. SÚMULA 345 DO STJ. INCIDÊNCIA.

1. O Supremo Tribunal Federal entendeu que a controvérsia relativa à condenação em honorários advocatícios na execução não embargada é de natureza infraconstitucional.

2. Sob a égide do CPC/1973, esta Corte de Justiça pacificou a orientação de que são devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções individuais de sentença proferida em ações coletivas, ainda que não embargadas (Súmula 345), afastando, portanto, a aplicação do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997.

3. A exegese do art. 85, § 7º, do CPC/2015, se feita sem se ponderar o contexto que ensejou a instauração do procedimento de cumprimento de sentença, gerará as mesmas distorções então ocasionadas pela interpretação literal do art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997 e que somente vieram a ser corrigidas com a edição da Súmula 345 do STJ.

4. A interpretação que deve ser dada ao referido dispositivo é a de que, nos casos de cumprimento de sentença contra a Fazenda Pública em que a relação jurídica existente entre as partes esteja concluída desde a ação ordinária, não caberá a condenação em honorários advocatícios se não houver a apresentação de impugnação, uma vez que o cumprimento de sentença é decorrência lógica do mesmo processo cognitivo.

5. O procedimento de cumprimento individual de sentença coletiva, ainda que ajuizado em litisconsórcio, quando almeja a satisfação de direito reconhecido em sentença condenatória genérica proferida em ação coletiva, não pode receber o mesmo tratamento pertinente a um procedimento de cumprimento comum, uma vez que traz consigo a discussão de nova relação jurídica, e a existência e a liquidez do direito dela decorrente serão objeto de juízo de valor a ser proferido como pressuposto para a satisfação do direito vindicado.

6. **Hipótese em que o procedimento de cumprimento de sentença pressupõe cognição exauriente - a despeito do nome a ele dado, que induz à indevida compreensão de se estar diante de mera fase de execução -, sendo indispensável a contratação de advogado, uma vez que é necessária a identificação da titularidade do exequente em relação ao direito pleiteado, promovendo-se a liquidação do valor a ser pago e a individualização do crédito, o que torna induvidoso o conteúdo cognitivo dessa execução específica.**

7. Não houve mudança no ordenamento jurídico, uma vez que o art. 85, § 7º, do CPC/2015 reproduz basicamente o teor normativo contido no art. 1º-D da Lei n. 9.494/1997, em relação ao qual o entendimento desta Corte, já consagrado, é no sentido de afastar a aplicação do aludido comando nas execuções individuais, ainda que promovidas em litisconsórcio, do julgado proferido em sede de ação coletiva lato sensu, ação civil pública ou ação de classe.

8. Para o fim preconizado no art. 1.039 do CPC/2015, firma-se a seguinte tese: "O art. 85, § 7º, do CPC/2015 não afasta a aplicação do entendimento consolidado na Súmula 345 do STJ, de modo que **são devidos honorários advocatícios nos procedimentos individuais de cumprimento de sentença decorrente de ação coletiva, ainda que não impugnados e promovidos em litisconsócio.**"

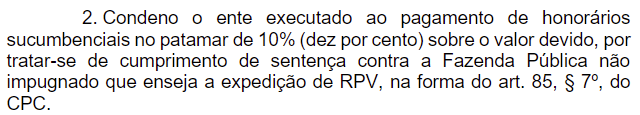
9. Recurso especial desprovido, com majoração da verba honorária.

(REsp 1648498/RS, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, CORTE ESPECIAL, julgado em 20/06/2018, DJe 27/06/2018)

Dessa forma, se faz necessário o presente recurso de embargos de declaração a fim de sanar a omissão legal apontada para que passe a constar da r. decisão de fls. a condenação do Executado ao pagamento de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. 523, §1º, do Código de Processo Civil.

**DOS REQUERIMENTOS:**

Por todo o exposto, REQUER a V. Exa. a ELUCIDAÇÃO do erro material ou contradição e do ponto omisso, para que seja aplicado o entendimento do limite de 40 salários mínimos conforme Lei Estadual 7507/2016 e passe a constar da r. decisão, a condenação do Executado ao pagamento de honorários advocatícios de dez por cento, nos termos do art. art. 85, § 7º, do Código de Processo Civil, conforme entendimento do Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro Ricardo Rodrigues Cardozo.



(**Documento em anexo**)

Reitera a necessidade de modificação da Decisão para que esta esteja de acordo com os entendimentos praticados pelo Órgão Especial, sob pena de violar o art. 5ª do Ato Executivo 215/2023 que instituiu o NEIAC, *in verbis*:

Art. 5º. Compete ao Núcleo de Execuções Individuais das Ações Coletivas Originárias atuar de maneira uniforme na gestão dos atos processuais e procedimentos nas execuções individuais decorrentes das ações coletivas originárias no âmbito do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, exclusivamente nos termos do ato de delegação, visando a duração razoável e a efetividade das decisões judiciais proferidas pelo Órgão Especial.

Importante salientar que não seguir o entendimento e seguir com decisões que divergem das decisões do Órgão descaracteriza todo o motivo pelo qual foi determinada a competência absoluta do Órgão Especial.

Cumpre informar os valores abaixo para expedição de RPV:

Valor Homologado: **VALORBRUTO** (Abaixo de 40 salários)

40 Salários mínimos: **R$ 56.840,00**

RioPrev: VALORRIOPREV

Valor com desconto: VALORFINAL

Honorários sucumbenciais: **SUCUMBENCIA** (RPV em nome da Patrona, Dra. Liz Werner Formaggini)

.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Niterói. 6 de março de 2024.

|  |  |
| --- | --- |
| **LIZ WERNER**  **OAB/RJ 184.888** | **THIAGO JOSÉ AGUIAR DA SILVA**  **OAB/RJ 213.181** |

